

# A CONTA

*"Se implantarmos o programa de estabilidade fiscal com urgência, já no início do próximo ano viveremos sob clima de tranquilidade e de confiança na economia. O Brasil sairá fortalecido da crise internacional".*

*"Quanto mais depressa você voltar a comprar a prazo, com juros mais baixos, melhor para você e para o país. As medidas que estamos propondo são para acabar com o flagelo dos juros altos".*

*"Fui eleito para defender o Real, preservar o poder de compra dos assalariados e proteger nossa economia da ameaça dos capitais especulativos. Para prosseguir nas reformas(...) e ampliar os programas sociais(...)"*

## FHC DIZ QUE 905 MIL SERVIDORES SÃO RESPONSÁVEIS POR PREJUÍZO DE R\$ 18 BILHÕES NA PREVIDÊNCIA

Regina Alvarez  
Da equipe do Correio

Fala simples, discurso curto e didático. Assim o presidente Fernando Henrique dirigiu-se ontem aos brasileiros, em cadeia de rádio e tevê, para explicar as razões que obrigaram o governo a adotar medidas tão duras como as contidas no pacote fiscal. Confirmou as más notícias que hoje serão anunciadas — o aumento de impostos, o corte de investimentos, o desconto maior da Previdência do servidor público — mas acenou com um futuro próximo melhor, com a volta do crescimento e com a queda dos juros. Promessas que talvez não consiga cumprir.

Destacou o sentido de justiça do ajuste. "Vamos adotar medidas equilibradas, um pouco em cada área, e sempre com a preocupação de proteger os mais pobres. O programa cobrará mais de quem pode mais. E menos de quem tem menos". Assim, justificou o aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), as mudanças na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) — que agora vai atingir os bancos — e o aumento da contribuição previdenciária para os funcionários públicos.

"Só no governo federal há um prejuízo de R\$ 18 bilhões para beneficiar 905 mil pessoas", ressaltou, ao explicar com ar de professor o déficit da Previdência. Também nesse ponto Fernando Henrique quis deixar claro que está fazendo a coisa certa ao reduzir os privilégios de uma pequena parcela da população. Explicou que o déficit total é de R\$ 42 bilhões, mas apenas R\$ 7,8 bilhões vem do setor privado, o INSS, que atende a 18 milhões de beneficiários. Não mencionou a cobrança da contribuição para os funcionários públicos aposentados, medida polêmica proposta pela equipe econômica, mas garantiu que os trabalhadores da iniciativa

Sérgio Amaral



Discurso de 6 minutos de Fernando Henrique: aumento de impostos e apelo ao Congresso para votar reformas. Solução para baixar os juros o mais rápido possível

privada não pagarão um tostão a mais para a Previdência.

Para falar do orçamento, o presidente lembrou as donas de casa e como elas conhecem bem o assunto. Mais uma vez procurou traduzir de forma simples a linguagem hermética dos economistas. "Todos sabemos que é preciso equilibrar aquilo que gastamos com o que recebemos. Com os países não é muito diferente. Se gastarmos mais do que arrecadamos com impostos, vamos nos endividar.

Quanto maior for a dívida, maiores serão os juros".

Fernando Henrique anunciou que haverá cortes de R\$ 8,7 bilhões no orçamento da União e explicou que ir além disso significaria paralisar atividades essenciais do Estado. "É um corte sem precedentes. Ele deixa clara a determinação do governo em alcançar o equilíbrio fiscal no mais curto prazo".

A maioria dos cortes e do aumento da arrecadação são medidas transitórias, para atender a uma situa-

ção de emergência, disse o presidente, prometendo suspendê-las assim que se consiga restaurar maior equilíbrio nas contas públicas.

E destacou a necessidade e urgência das reformas na Constituição: "Não tem sentido o Brasil continuar com um rombo de R\$ 42 bilhões na Previdência Social, crescendo a cada ano. Não há justificativa para que alguns estados gastem 80% da sua receita em salários para funcionários públicos, como ainda

acontece. Não podemos mais continuar com um sistema tributário que desincentiva quem produz".

Fernando Henrique apelou ao Congresso para que vote em regime de urgência as reformas e o programa de ajuste fiscal. "Quanto antes essas mudanças forem feitas, menor será o seu custo e mais rapidamente baixarão as taxas de juros, aumentarão os investimentos, serão gerados mais empregos e o país retomará sua trajetória de crescimento", argumentou.